



Turismo - Visão e Ação

ISSN: 1415-6393

luiz.flores@univali.br

Universidade do Vale do Itajaí

Brasil

Almeida Matos, Carolina de Fátima; Souto Araújo, Maria Lianeide; Gondim Teixeira,
Maria do Socorro

INTERESSES, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE
BASE COMUNITÁRIA NO CEARÁ.

Turismo - Visão e Ação, vol. 15, núm. 3, septiembre-diciembre, 2013, pp. 419-433

Universidade do Vale do Itajaí

Camboriú, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056072009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

INTERESSES, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CEARÁ¹

INTEREST, PUBLIC POLICY AND DEVELOPMENT OF COMMUNITY TOURISM IN CEARÁ

INTERESES, POLÍTICAS PÚBLICAS Y DESARROLLO DEL TURISMO DE BASE COMUNITARIA EN CEARÁ

Carolina de Fátima Almeida Matos

carolinafam@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mestranda em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará,

Graduada em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Ciência Educação e Tecnologia do Ceará.

Maria Lianeide Souto Araújo

lianeide@ifce.edu.br

Instituto Federal de Ciência Educação e Tecnologia do Ceará

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará,

Especialista em Dinâmicas Grupais pela Universidade de Fortaleza,

Bacharel em Turismo pela Universidade de Fortaleza.

Maria do Socorro Gondim Teixeira

tmsgondim@uol.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Estadual de São Paulo,

Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Ceará,

Especialista em Comércio Exterior pelo Centro Universitário do Distrito Federal,

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Data de Submissão: 05/04/2013

Data de Aprovação: 31/05/2013

RESUMO

O turismo, sob a perspectiva da produção, é uma das formas mais versáteis de acumulação e expansão de capital, com sua capacidade de transformar espaços, economias e costumes, e suas diversas categorias de agentes envolvidos. No Nordeste brasileiro, ações de desenvolvimento da atividade turística, em busca de alinhar espaços locais a espaços globais, provocaram conflitos de interesses entre agentes empresariais e residentes no Ceará. As próprias populações locais manifestaram resistência, articulando-se e construindo um turismo atrelado às atividades tradicionais, ao meio ambiente e aos costumes locais, o que fundamenta o Turismo de Base Comunitária. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se registrar o contexto de localidades cearenses afetadas pelo turismo globalizado e pelo Turismo de Base Comunitária, destacando as transformações e os desafios no desenvolvimento da atividade turística. Como resultado, viu-se que, por mais que comunidades cearenses receptoras do turismo globalizado tenham acumulado prejuízos com o modelo desenvolvido, as políticas governamentais permanecem elegendo o mesmo como premissa para estimular a atividade turística. Ainda assim, no Ceará, a articulação dessas comunidades, que culminou na formação da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), tem disseminado conhecimentos e experiências e fortalecido a proposta construída.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Políticas públicas. Organização comunitária.

ABSTRACT

Tourism, from the perspective of production, is one of the most versatile forms of accumulation and expansion of capital, with its ability to transform spaces, economies and customs, and its various classes of stakeholders. In the Northeast of Brazil, actions for tourism development, seeking to align local spaces with global spaces, have led to conflicts of interest between business owners and residents in Ceará. The local communities expressed resistance, coming together and building a tourism based on traditional activities, the environment and local customs, which forms the basis of Community Based Tourism. Through bibliographic and document research, it sought to register the context of localities in Ceará affected by tourism and globalized by Community Tourism, highlighting the changes and challenges in the development of tourism. As a result, it was seen that although communities in Ceará that receive globalized tourism have accumulated losses with the model developed, government policies continue to cite it as a premise for stimulating tourism. Even so, in Ceará, the articulation of these communities, which culminated in the formation of a network, the Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum) [Ceará Community Tourism Network] has disseminated knowledge and expertise and strengthened the proposal built.

KEYWORDS: Tourism. Public policy. Community organization.

RESUMEN

El turismo, desde el punto de vista de la producción, es una de las formas más versátiles de acumulación y expansión de capital por su capacidad de transformar espacios, economías y costumbres, y por las diversas categorías de agentes involucrados. En el noreste brasileño algunas acciones de desarrollo de la actividad turística que buscaban alinear espacios locales con espacios globales provocaron conflictos de intereses entre agentes empresariales y residentes en Ceará. Las propias poblaciones locales manifestaron resistencia, articulándose y construyendo un turismo conectado a las actividades tradicionales, al medio ambiente y a las costumbres locales, lo que fundamenta el Turismo de Base Comunitaria. Por medio de una investigación bibliográfica y documental se intentó registrar el contexto de localidades cearenses afectadas por el turismo globalizado y por el Turismo de Base Comunitaria, destacando las transformaciones y los retos en el desarrollo de la actividad turística. Como resultado se observó que, por más que las comunidades cearenses receptoras del turismo globalizado hayan acumulado perjuicios con el modelo desarrollado, las políticas gubernamentales le siguen dando preferencia como premisa para estimular la actividad turística. Aun así, en Ceará la articulación de esas comunidades, que culminó con la formación de la Red Cearense de Turismo Comunitario (Red Tucum), ha diseminado conocimientos y experiencias fortaleciendo la propuesta construida.

PALABRAS CLAVE: Turismo. Políticas públicas. Organización comunitaria.

INTRODUÇÃO

A atividade turística conta com diversas estruturas e categorias de agentes, o que potencializa seu caráter expansionista. Para os capitalistas, o turismo é uma forma versátil de acumulação e expansão de capital. Para os governos, uma alternativa para promover desenvolvimento econômico ao destacar a capacidade da atividade turística de gerar emprego, renda e divisas para o país, apontando-a como uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo.

Desenvolvida por meio da produção e do consumo dos espaços, a atividade turística interfere na organização dos territórios, pressupondo interações entre produtores tradicionais e visitantes e novas relações sociais sobre apropriação dos espaços.

Assim, ao realizarem a atividade, os agentes sociais diretamente responsáveis pela produção/consumo turísticos podem causar transformações às localidades turísticas. O turismo pode valorizar

espaços, gerar riquezas e promover relações de respeito entre povos e culturas ou pode sufocar as atividades tradicionais e os costumes locais, degradar o meio ambiente e excluir os residentes da localidade receptora da produção e até mesmo de suas terras.

No contexto da globalização, a atividade turística tem sido desenvolvida baseada em padrões globais, com instalação de equipamentos turísticos estruturalmente similares em toda parte do mundo e serviços e costumes moldados para atender a uma demanda global. De acordo com a dinâmica do capitalismo, o turismo atrelado aos ditos da globalização conquistou caráter hegemônico, sendo o modelo desenvolvido no Brasil.

Estudos têm identificado problemas decorrentes do modelo de turismo fomentado pelas políticas públicas nacionais e estaduais. O financiamento, a legislação, pouco obedecida, e a omissão de órgãos institucionais favoreceram a entrada de agentes imobiliários nas localidades do litoral cearense, que se apropriaram deliberadamente dos espaços então ocupados por pequenos vilarejos e pequenas atividades produtivas das populações locais. As áreas ocupadas foram transformadas em espaços urbanizados para o turismo globalizado. Os agentes responsáveis por esse processo expropriaram e descaracterizaram os espaços e os costumes tradicionais.

As populações tradicionais de algumas áreas do litoral cearense, ao decidirem resistir à ocupação do capital turístico, organizaram ativamente resistência, buscando intervir na implementação de ações voltadas ao turismo, pensando a prática turística em harmonia com outras atividades tradicionais, com o meio ambiente e com as pessoas, fundamentando o Turismo de Base Comunitária (TBC).

As reações ao turismo globalizado têm sido amplamente abordadas sob uma perspectiva individual, observando as comunidades em questão em estado relativamente isolado. A relevância deste artigo está no enfoque dado às experiências de TBC no Ceará que, ao se descobrir e se articular, formando a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), percebem que a articulação em rede facilita a transmissão de capacidades e os conhecimentos.

Diante do exposto, traçou-se como objetivo desta pesquisa registrar o contexto de localidades cearenses que foram afetadas pelo turismo globalizado e pelo Turismo de Base Comunitária, destacando as transformações e os desafios emergentes no processo de desenvolvimento da atividade turística.

A pesquisa está estruturada em cinco seções, além desta introdução. Na seção dois, foram descritos os procedimentos metodológicos para realização deste trabalho. Na terceira seção, as considerações conceituais sobre espaço foram feitas para identificar que elementos são influenciados pelo desenvolvimento da atividade turística, contextualizando também o setor turístico no processo de globalização. Na quarta, foi descrito o histórico das políticas impulsionadas pelos governos para fomentar o setor turístico, identificando seu alinhamento aos mercados globais e observando as consequências das ações empresariais e governamentais nas localidades turísticas, em especial as do litoral cearense. Analisou-se, na seção quatro, a reação ao turismo globalizado e a proposta construída em contraponto ao modelo de turismo convencional, emergindo o Turismo de Base Comunitária. Por fim, na seção seis, foram feitas as considerações finais acerca do conteúdo abordado.

METODOLOGIA

Para consecução do objetivo, foi realizada pesquisa exploratória de cunho qualitativo, com a qual se traça um comparativo entre: 1) os resultados da produção do turismo ancorados em políticas públicas que favorecem os agentes do grande capital, alheios às necessidades dos grupos menos favorecidos; 2) os resultados da produção do turismo decorrentes de iniciativas lideradas por representantes da sociedade civil organizada, enfeixadas sob o rótulo de Turismo com Base Comunitária.

Em relação aos procedimentos metodológicos, viu-se necessário fazer uma apreciação teórica, por meio de pesquisa bibliográfica, para contextualizar a atividade turística, considerando o processo de globalização e seus agentes, entendendo que a dinâmica do capitalismo influencia no desenvolvimento das atividades econômicas em todo o mundo, o que permite a reflexão sobre o caráter desse desenvolvimento.

Para analisar o desenvolvimento da atividade turística nos âmbitos nacional, nordestino e cearense, foram realizadas pesquisa documental – por meio de sítios eletrônicos e publicações

de entidades governamentais e organismos oficiais de turismo, como Ministério do Turismo e Ministério do Esporte - e pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos, dissertações e teses que apreciaram o histórico de intervenções governamentais e privadas na oferta turística. Analisadas as intervenções, permite-se compará-las às características globais do desenvolvimento da atividade turística e, portanto, identificar se as mesmas estariam refletidas nos espaços locais.

A análise reflexiva sobre o objeto do estudo foi feita por pesquisa bibliográfica, por meio de estudos que relatam as consequências da atividade turística atrelada ao processo de globalização, desenvolvida nos espaços locais. As localidades litorâneas cearenses foram eleitas para análise, haja vista o apelo ao turismo litorâneo estimulado pelas políticas nacionais e locais de fomento ao setor e à reação organizada de algumas comunidades locais, com a formação da Rede Tucum, em contraponto ao turismo visto como hegemônico.

O ESPAÇO E A ATIVIDADE TURÍSTICA

Entre outras atividades econômicas, a atividade turística engloba muitas dimensões geográficas e sociais, pois se desenvolve por meio da produção e do consumo de espaços, interferindo na organização dos territórios e moldando formas de interação entre produtores e consumidores (os visitantes ou os turistas).

Vera et al. (1997) apreciaram a sistematização da Geografia do Turismo elaborada pelo geógrafo francês Georges Cazes, que dividiu as bases do estudo em três grandes temas: a temática da distribuição, a temática da produção espacial turística e a temática sobre a articulação espacial do "sistema-turismo" com o "sistema-local". Esta última categoria ressalta um processo importante para a expansão da atividade turística em um território, a chamada "turistificação".

A criação de lugares turísticos caracteriza-se pela extensão do turismo a todo um território, ultrapassando os lugares tradicionalmente turísticos. A "turistificação" abre novas dimensões sobre a mobilidade no espaço e uma nova organização de funções no território.

Tornar uma localidade turística não é um privilégio de determinada categoria de agentes. Segundo Knafo (1999), assim como o mercado, por meio da esfera governamental e da iniciativa privada, os turistas e os nativos também têm capacidade de "turistificar" espaços, promover produtos turísticos. Essas formas de "turistificação", no entanto, encontram limites com a presença de interesses empresariais tipicamente capitalistas, impulsionando os negócios turísticos. Tal categoria possui maior acesso ao crédito, conta com apoio de governos e está em todos os lugares do mundo. É a principal fonte de produção de lugares turísticos.

Sobre as relações entre turismo e território, Knafo (1999) delimitou três. A primeira é do território sem a atividade turística, situação predominante até o século XVIII, até a "invenção" do turismo, alterada gradativamente com o avanço dos meios de transportes e da própria atividade turística. A segunda é a relação da ausência do território e da existência do turismo. Apesar de confuso *a priori*, nesta relação, o turismo estrutura-se em sítios equipados de forma alheia às características da localidade. Na terceira relação, os planejadores, os operadores e outros inúmeros agentes que inventam e produzem o turismo interagem com os territórios turísticos. Muitas vezes esses agentes têm interesses diferentes ao realizarem a produção turística, gerando conflitos.

O TURISMO GLOBALIZADO NO NORDESTE BRASILEIRO

Em uma abordagem geral, Brandão (2007), ao discutir a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, pontua quatro processos ou forças existentes: i) o processo de homogeneização, movimento que uniformiza as condições para reprodução do capital, gerando um espaço unificado; ii) o processo de integração, atrelando espaços e estruturas produtivas, o que resulta na disputa de frações do capital devido ao processo de concorrência; iii) o processo de polarização, com elementos como dominação e hierarquias; e iv) o processo de hegemonia, na predominância de uma correlação de forças.

Nessa dinâmica, Brandão (2007) acrescenta que o capital, para se afirmar como tal, precisa de condições para exercer seu controle de forma universal, requerendo um espaço unificado e desobstruído para poder realizar sua interferência em todos os âmbitos possíveis de sociabilidade.

Ressalta-se que, por mais que se pretenda homogeneizar as condições para reprodução do capital, Brandão (2007) lembra que os processos da dimensão espacial do capitalismo criam e recriam estruturas heterogêneas e desiguais. A lógica é renovar a busca pelo enriquecimento.

Essa dinâmica ilustra o atual processo de globalização. No fim do século XX, as técnicas da informação produziram um novo sistema técnico, presente em todo o planeta. Junto a isso, foi construído também um mercado dito global, resultado de processos políticos orientados para tal. Para Santos (2000), esses fatores, atrelados ao motor do capitalismo - a multiplicação do valor - constituem a arquitetura da globalização, ápice do processo de internacionalização do referido sistema.

Com a globalização, a produção passa a se realizar em escala mundial, observado o atual estágio da internacionalização caracterizado pela "mundialização do produto, do dinheiro do crédito, da dívida, do consumo, da informação" (SANTOS, 2000, p. 30) a serviço dos atores hegemônicos.

Santos (1988) explica que a dinâmica da mundialização tem acirrado as desigualdades entre os países e intensificado as contradições entre as classes sociais. Além disso, destaca a concentração e a centralização da economia e do poder político, das decisões e da informação e a propagação da cultura de massa como alguns elementos que tornaram a globalização uma "fábrica de perversidades". A adesão aos comportamentos competitivos das ações hegemônicas fundamenta o caráter perverso da globalização (SANTOS, 2000).

O Estado desempenha um papel crucial no processo de globalização. Ao contrário do propagado nos discursos neoliberais que prezam pelo Estado mínimo, Santos (2000) observa que o Estado tem se fortalecido, mas para atender interesses de grandes grupos empresariais, ágil e presente a serviço da economia dominante. Tal predileção tem ocorrido em detrimento de atenção às populações mais vulneráveis, quando o Estado se omite.

Essa postura remete à análise de Engels (1975), que constatou que, quanto mais independente da sociedade, o Estado mais vai se tornando um órgão de uma determinada classe, impondo o domínio da mesma, fundamentando a visão de que o Estado da sociedade burguesa promove as condições exteriores às relações objetivamente produtivas (onde atuam o mercado e os consumidores) para manter o modo de produção capitalista. Assume, portanto, o papel de privilegiar os que se favorecem com o modelo econômico vigente.

Sob tal lógica, as políticas governamentais tendem a ser pensadas para proporcionar as condições de fluidez do mercado global, regido pela mais-valia mundializada. Santos (2000) destaca que as técnicas trazidas pelas grandes empresas induzem as novas formas de comportamento formadas no processo de globalização, transformando as relações sociais locais, ainda que os discursos proferidos pelos governantes evidenciem a instalação de empresas como um aporte de emprego e modernidade para as localidades que as recebem.

Neste pano de fundo, cabe verificar o desenvolvimento da atividade turística no Brasil e suas diversas políticas e ações do governo federal e da iniciativa privada.

A primeira medida em relação à atividade turística no Brasil data do fim da década de 1930, quando o governo federal estabeleceu regras sobre a venda de passagens aéreas, terrestres e marítimas. Depois disso, na década de 1960, o governo brasileiro voltou a tratar do turismo com a criação a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Inicialmente, a EMBRATUR foi designada para consolidar o mercado interno e captar demanda estrangeira, fundamentalmente por meio de agressivas campanhas publicitárias. Com isso, as classes médias do país passaram a consumir o turismo com maior intensidade, acompanhando o elevado nível de crescimento econômico verificado no período. Os principais destinos eram as zonas costeiras, com ênfase às localidades nordestinas.

Durante o governo Collor, no início da década de 1990, a EMBRATUR foi transformada em Instituto Brasileiro de Turismo. Sua função foi ampliada, sendo agora o maior responsável pela elaboração de políticas públicas para a atividade turística em observância estratégica ao potencial do turismo para o desenvolvimento. Tal perspectiva foi ratificada por instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, que, a uma época de complicada situação macroeconômica no país, estiveram estreitamente envolvidos com as orientações à economia brasileira.

Neste período, a orientação da Organização Mundial do Turismo(OMT) e do BID indicava a criação de infraestrutura básica e as condições de acesso e de instalação de equipamentos turísticos. Nesta

fase, o processo de desenvolvimento do turismo voltava-se para observar as condições da estrutura produtiva nos espaços (TEIXEIRA, 1997).

Em 1992, a EMBRATUR lançou o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), a fim de fomentar o turismo por meio da estruturação das localidades – construindo e reformando rodovias e aeroportos, por exemplo. Implantado com mais intensidade no Nordeste, região carente de infraestrutura básica, o PLANTUR desencadeou no Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (PRODETUR/NE), já durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Os governos estaduais tiveram forte influência em tal programa, articulando as ações do mesmo com interesses de grupos empresariais internacionais. O PRODETUR/NE, então, facilitou a construção de equipamentos turísticos de grande porte, como hotéis, *resorts* e parques temáticos de propriedade estrangeira e de grandes grupos nacionais.

Em 2003, o Governo Lula implementou o “Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas”, documento que orientou ações para o desenvolvimento do turismo no país entre os anos de 2003 e 2006. No mesmo ano foi criado o Ministério do Turismo. O porte da nova instituição sugeriu a importância da atividade turística para o país, e o discurso de utilizar o turismo como estratégia para promover o desenvolvimento do país ganhou mais evidência.

O último Plano Nacional de Turismo foi elaborado em 2007, quando o governo brasileiro lançou o “Plano Nacional de Turismo – Uma viagem de inclusão” para os anos de 2007 a 2010, com três grandes objetivos:

- 1 - Promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros;
- 2 - Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; e,
- 3 - Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País. (MTUR, 2009, p. 8).

Neste Plano, é descrito o crescimento da atividade turística observado nas últimas décadas, a fim de justificar o fortalecimento do modelo de turismo hegemônico, ratificando-o como o mais promissor. É ressaltada também a importância de grandes empreendimentos turísticos, dos empregos gerados por estes, da criação de ambientes de negócios e, ainda, o financiamento de projetos empresariais.

O mais recente documento sobre a atividade turística nacional é o Documento Referencial “Turismo no Brasil 2011-2014”. Construído por grandes entidades do turismo nacional, o documento apresenta uma avaliação sobre o dinamismo econômico do setor e discute desafios das iniciativas pública e privada na preparação para a Copa do Mundo de 2014 (MTUR, 2010).

Percebendo, portanto, os documentos ora citados como norteadores da execução do turismo no país, pode-se afirmar que os esforços para o planejamento, organização e estruturação da atividade turística no Brasil estão em sintonia com os interesses dos empresários e grandes investidores do turismo globalizado.

No Ceará, a partir dos anos 1970, os atores hegemônicos do turismo “descobriram” as comunidades litorâneas. Coriolano (1998) dividiu, descreveu e analisou a gestão pública do turismo no território cearense em três fases: dos coronéis, da transição e dos empresários.

Na primeira fase, no início da década de 1970, a intenção do poder público contentava-se em simplesmente atrair consumidores turísticos, sem idealizar métodos ou planos. No Ceará, as condições de infraestrutura urbana eram bastante deficientes e a oferta de mão de obra qualificada era escassa. Nesta época, foi criada a Empresa Cearense de Turismo S/A (EMCETUR), uma empresa mista destinada para tratar da atividade no Ceará. Em 1979, foi criado o 1º Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará (PIDT CE). O plano possibilitou um diagnóstico para o turismo e objetivava, além da preparação de mão de obra especializada, a consolidação de órgãos institucionais para trabalharem o turismo em todo o território cearense.

Enquanto o Brasil passava por um período de transição, retornando ao estado democrático, o que caracteriza a “fase de transição”, foi projetado no Ceará o Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANED), que evidenciou a necessidade de modernizar equipamentos turísticos, de promover o Ceará dentro e fora do país e de preservar e valorizar áreas de interesse do turismo.

A partir de 1987, na terceira fase, o turismo no Ceará foi pautado mais intensamente, sendo considerado vetor de impulso da economia no estado (TEIXEIRA; CASTELAR; ASSIS, 1998). A EMCETUR foi extinta e deu lugar à Companhia do Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará (CODITUR), em que indústria e turismo foram trabalhados sob a mesma ótica. Neste período, foi preparado o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará, o PRODETURIS, que buscou, dentre outros objetivos, dotar localidades de infraestrutura, dar condições de acessibilidade e assegurar equipamentos turísticos confiáveis. A importância à promoção nacional e internacional do Ceará foi fomentada com o passar dos anos, ao tempo em que eram realizadas capacitações para a mão de obra turística. Para Teixeira (1997), o PRODETURIS representou um esforço substancial na busca de transformar o Ceará em um produto turístico competitivo. A execução da política deu-se atrelada ao mercado global, tanto para captar mercados consumidores quanto para atrair empresários do setor, esperando a implantação de hotéis e demais equipamentos turísticos. Inicialmente, foram priorizadas as praias do litoral oeste de Fortaleza, orientação que valorizou ainda mais os territórios litorâneos do estado.

Na década de 1990, o turismo foi desvinculado da CODITUR, sendo criada a Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR/CE), fomentando o discurso da importância da atividade para o desenvolvimento econômico e social. Desenvolvida na mesma lógica global, a atividade culminou em obras como a construção de estradas e do aeroporto internacional de Fortaleza e na geração de empregos vinculados, direta ou indiretamente, aos empreendimentos turísticos.

As ações para o fortalecimento do turismo, alinhadas ao mercado global, estão ainda mais em evidência, o que ratifica esse turismo como hegemônico. Tendo em vista os grandes eventos internacionais previstos para os próximos anos (Copa do Mundo de Futebol, em 2014; e Olimpíadas, em 2016), ações de capacitação e qualificação, oferta de crédito e investimento para obras e reformas de empreendimentos turísticos constituem a pauta de ações prioritárias para impulsionar esse turismo convencional não só no Ceará, mas em todo o Brasil.

Sobre as mudanças consequentes do turismo globalizado, são muitas as pesquisas que as relatam e analisam no âmbito do litoral cearense. Coriolano (2005) explica que a predominância do interesse de reprodução do capital de agentes envolvidos no turismo em busca de lucros provocou o deslocamento compulsório da população pobre ao induzir um processo de estruturação para a prática turística nas áreas receptoras. Com isso, surgiram cadeias de hotéis e restaurantes, *resorts*, parques temáticos e outros equipamentos turísticos. Os excluídos do planejamento do processo tendiam a abandonar suas ocupações para servir de mão de obra barata e pouco qualificada, direcionada para executar os serviços operacionais do turismo, sendo facilmente substituída, haja vista seus contratos informais ou flexíveis. Por isso, devido às características homogeneizante e hegemônica desse processo, o turismo convencional transformou os cenários históricos, o meio ambiente, os costumes e as atividades tradicionais dos residentes, afetando negativamente as populações locais.

São muitos os danos e os conflitos de interesses, consequentes do processo realizado para expandir o turismo. Cruz (2009) verificou que a pressão de agentes imobiliários na localidade da Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe, foi intensa, fazendo emergir uma das primeiras formas organizadas de resistência ao turismo convencional. As pressões chegaram ao cúmulo de provocar um incêndio na casa de um pescador da comunidade local, enquanto sua família dormia. A comunidade enfrentou uma batalha judicial de vinte anos para apropriar-se legalmente do território.

Saraiva (2002) também identificou o processo intenso de uso e ocupação do território litorâneo realizado no município de Beberibe, decorrente da produção e do consumo turísticos, e destacou as intervenções do poder público na organização do espaço, que alterou o modo de vida de moradores da Praia das Fontes, insatisfeitos com as transformações.

No estudo de Sousa (2005), foi relatado que o município de Aquiraz, caracterizado pelas práticas agrícola e pesqueira, sofreu mudanças com o processo de uso de seu espaço para o turismo e para o lazer. A população aumentou de forma desordenada, a especulação imobiliária intensificou-se e o espaço tradicional foi substituído por casas de veraneio e grandes empreendimentos turísticos, como o parque aquático *Beach Park*, ocasionando expulsão de comunidades e conflitos de posse de terra, além de danos ao meio físico e às atividades tradicionais.

Ao analisar o turismo desenvolvido em Jericoacoara, distrito do município de Jijoca de Jericoacoara, localidade amplamente divulgada no mercado turístico nacional e internacional, Molina

(2007) apontou como consequências do avanço da atividade os desequilíbrios ambientais, como o avanço de dunas sobre as vilas locais e a poluição de águas subterrâneas, e a intensificação de problemas como a prostituição e o uso de drogas, além da notória edificação de empreendimentos turísticos de grande porte.

Na localidade de Canoa Quebrada, no município de Aracati, a situação é semelhante. Segundo Dantas (2003), Canoa Quebrada era tradicionalmente ligada à pesca e ao artesanato. Com o desenvolvimento do turismo globalizado, os espaços foram ocupados de forma desordenada, ocasionando a ausência de clara demarcação de espaços públicos e privados e desmontando falésias. As mudanças nas tradições locais, nas atividades produtivas e nas paisagens de Canoa Quebrada também ocorreram de forma danosa à população local e ao meio ambiente.

Em alguns espaços, o processo de produção do turismo convencional chega a gerar uma contradição crucial para o investidor: quanto mais este aprofunda as mudanças no espaço, mais a localidade perde a singularidade, a “graça” de ser visitada. Jericoacoara é um exemplo dessa profunda intervenção. Os *shoppings*, as boates e os hotéis em sua costa litorânea descaracterizaram a “beleza natural intocada” da localidade. Tatajuba, no município de Camocim, localidade próxima a Jericoacoara, ainda apresenta lugares de beleza natural sem grandes edificações próximas, mas sofre com as pressões consequentes do turismo de Jericoacoara. Mendes (2006) identificou que a intensificação da especulação imobiliária em Tatajuba, impulsionada por agentes do turismo atrelado ao mercado global, dá-se com a intenção de utilizá-la como localidade complementar da atividade turística em Jericoacoara.

Em geral, o contexto consequente do avanço do turismo globalizado configura-se da seguinte forma: os governos, na maioria das vezes, legitimam as intervenções em “novos” territórios turísticos e delegam à iniciativa privada as demandas sociais (pela capacidade de gerar emprego e renda). Como visto, o processo ocorrido no Ceará aconteceu por meio de forte pressão dos agentes do turismo globalizado aos residentes excluídos da produção do turismo, na busca de submetê-los às necessidades da oferta turística instalada.

Os problemas entre os interesses do capital e dos moradores resistentes ao processo de dinamismo do turismo convencional revelam as relações de dominação e de poder na produção de um espaço, fazendo-o homogeneizante. Ao verificar esse processo na região Nordeste, Benevides (1998) detectou que os governos da região Nordeste, na busca de alinhar o espaço local ao espaço global, desenvolveram, portanto, a atividade turística pela concepção e organização de novos territórios em sintonia com o mercado turístico internacional. Ainda segundo o autor citado, o planejamento do turismo realizado pelos governos nordestinos foi caracterizado pela ideologia neoliberal e pela globalização dos mercados.

CONTRAPONDO O TURISMO GLOBALIZADO: A ORGANIZAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O contexto consequente do turismo globalizado disseminado nos territórios litorâneos cearenses não proporcionou muitas opções aos moradores das comunidades receptoras: em geral, abandonavam suas terras, sentindo-se expulsos do lugar; orientavam-se aos equipamentos turísticos instalados, abrindo negócios relacionados ou servindo de mão de obra; ou resistiam à ocupação.

O fato de emergirem muitas organizações contrárias ao turismo convencional não aconteceu na intenção imediata de construir outra proposta de intervenção. A organização de ações afirmativas foi uma estratégia das populações para impedir a destruição de suas atividades produtivas e garantir a posse da terra que ocupavam por gerações, uma reação que simbolizava a luta pela própria sobrevivência.

René Schärer, da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, relatou durante o 1º Encontro Cearense de Turismo Municipal, realizado em junho de 2000, que a população da Prainha, desde a década de 1980, vinha enfrentando problemas com a especulação, especialmente a promovida por grileiros, que vendiam terras para a empresa imobiliária Henrique Jorge. Mendonça (2009) lembrou que, apesar de os pescadores viverem por gerações nas terras da Prainha do Canto Verde, eles não dispunham de documentação que comprovasse sua qualidade de proprietários, uma brecha para a

tomada de terras. Assim, uma área de quase 750 hectares foi tomada por grileiros, em 1979, que, por meio de ação de usucapião, conquistaram o direito de posse na justiça, em 1984. O espaço era ocupado desde o século XIX e abrigava gerações de famílias de pescadores.

Em estudo sobre a Praia do Batoque, no município de Aquiraz, Barbosa, Souza Neto e Coriolano (2008) mostraram as dificuldades que a população da localidade enfrentou com a chegada de grileiros e de grandes empresários envolvidos na instalação da atividade turística. Os autores citados relataram que um empresário passou a grilar as terras da comunidade, no início da década de 1980, por meio da compra de coqueiros, escrevendo suas iniciais logo após a compra. Esse mesmo empresário, em seguida, voltou à comunidade do Batoque persuadindo moradores a assinarem papéis em branco. Tais papéis teriam sido registrados em cartórios, "legalizando" a venda das terras e a posse das mesmas ao empresário, que alegou ser o dono das terras de toda a praia. A comunidade passou então a ser pressionada pelo empresário e por seus empregados, que chegaram a promover ataques para expulsar os moradores.

Em Tatajuba, Mendes (2006) verificou que, entre as décadas de 1970 e 1980, as terras da localidade foram griladas e repassadas para a empresa imobiliária Vitória Régia. Os moradores eram pressionados para não utilizarem essas áreas no desenvolvimento de suas atividades tradicionais e nem construir outras casas.

Os estudos de Mendonça (2004), Burtztyr (2005) e Coroliano (2009) mostraram que, em resposta aos ataques de grileiros e especuladores, moradores da Prainha do Canto Verde, com o apoio do Centro de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos (CDPDH) e da Igreja Católica, no Ceará, organizaram-se para defender a comunidade. Em 1989, foi fundada a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde. Os conflitos com os empresários imobiliários intensificaram-se, mas a organização conseguia impedir maiores avanços dos grileiros e dos especuladores, que foram percebendo que seus projetos de loteamento na Prainha do Canto Verde demoravam cada vez mais para serem executados, barrados na burocracia das ações judiciais. A disputa na justiça pelo direito de posse das terras durou mais de vinte anos.

Em 1991, voluntários suíços, sensibilizados com a situação da comunidade, dedicaram-se ao desenvolvimento do empreendedorismo social na localidade, instrumentalizando-a para protagonizar seu próprio desenvolvimento. Junto aos suíços, outras empresas e organizações nacionais e internacionais compõem, atualmente, a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde.

Àquela época, foi fundado também o Instituto Terramar, uma ONG formada por engenheiros de pesca, acadêmicos do Instituto de Ciências do Mar (Labomar/UFC) e colaboradores da campanha "S.O.S. Sobrevivência"². A ONG realizou o curso de Formação de Lideranças do Litoral Cearense, visando dotar moradores locais de capacidades para impulsionarem um movimento social e político em nome do desenvolvimento local.

As comunidades de Batoque e Tatajuba também manifestaram resistência aos ataques que sofreram com os agentes do turismo predatório, culminando na Associação dos Moradores de Batoque, criada em 1989, e na Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), fundada em 1991. Assim como essas, outras comunidades vêm passando por conflitos semelhantes e organizando suas formas de reação.

Vendo a importância de planejar e fortalecer tal reação, os moradores dispostos a defender os interesses de sua comunidade têm se organizado em nome dela, a fim de reivindicar e construir, na medida do possível, os benefícios sociais não providos pelo Estado e negados pelos interesses do mercado capitalista global.

A força e a articulação da sociedade civil organizada podem causar reflexos sociais e econômicos sobre os indivíduos, envolvendo-os em suas ações, promovendo, em determinados níveis, a inclusão social. Essa inclusão acontece a partir de "atitudes afirmativas, no sentido de inserir os menos favorecidos no contexto social" (KANITZ et al., 2009, p. 4). Essa atitude de afirmação valoriza o indivíduo e o lugar que o mesmo ocupa, seja na produção ou na sociedade.

A capacidade de promover a inclusão social é procedente ao se reforçar o desenvolvimento fincado em práticas de qualidade, na gestão horizontal, democrática e transparente e na capacidade de articulação com outros entes (HECKERT, 2008, p.18).

Ratificando essa tendência, as organizações cearenses construídas em reação ao processo de desenvolvimento do turismo atrelado ao mercado global vêm conquistando melhores condições de vida para as localidades, ainda que incrementais, seja por meio da reivindicação e da discussão com o poder público, da resistência a projetos que representem uma ameaça à comunidade e ao meio de vida dos próprios residentes, ou mesmo por meio de ações estruturadas pela mesma. Rejeitando o turismo convencional, os moradores passaram a desenvolver ações voltadas para a produção turística adaptadas aos pequenos rendimentos que as economias locais permitem, respeitando as microeconomias e amenizando a situação de pobreza nas localidades. Essas características fundamentam o Turismo de Base Comunitária, desenvolvido aos moldes da economia solidária. Contrapondo-a ao capitalismo, Singer (2002) explica:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade [...]. (SINGER, 2002, p. 10).

Ao contrário dos empreendimentos do mercado turístico globalizado, o tipo de empreendimento do turismo comunitário não tem como fim a apropriação individual dos benefícios gerados pela estrutura e pelos serviços turísticos. Maldonado (2009) explica que os empreendimentos do TBC são sustentados na propriedade e na autogestão dos recursos comunitários, baseados em práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição de benefícios.

O TBC tem sido promovido em áreas turísticas, geralmente ocupadas por famílias tradicionais, cujos próprios moradores são responsáveis primeiros pelas atividades relacionadas ao turismo. Muitas vezes, a situação de pobreza motiva essa organização dos residentes, percebendo, como opção para incrementar renda, o desenvolvimento do turismo para potencializar as atividades tradicionais que já vêm garantindo a sobrevivência das comunidades. Para isso, estas firmam um pacto interno entre seus residentes em defesa de suas propriedades, não se desfazendo delas, na medida do possível, o que funciona como uma estratégia para preservar seus territórios frente às pressões do mercado e aos impactos nocivos que este pode trazer para a comunidade (MALDONADO, 2009).

A importância dada ao envolvimento de todos os residentes da comunidade no processo de desenvolvimento do turismo enfatiza os valores comunitários e proporciona gestões integradas e mais sólidas para a execução das ações e para os possíveis entraves que enfrentarão (CORIOLANO et al., 2009, p. 282).

O fato da gestão comunitária do turismo promover melhorias e abrir novas oportunidades para as populações indica o potencial da atividade turística para promover, em certos níveis, a inclusão social. Irving (2009) ratifica esse potencial ao afirmar que o TBC promove a qualidade de vida, a inclusão; valoriza a cultura local; e alimenta o sentimento de pertencimento, por favorecer a coesão, o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade. Destaca ainda que “este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação ‘local’ do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização” (IRVING, 2009, p. 111).

Ainda que as organizações comunitárias tenham emergido e tenham sido vitoriosas em vários enfrentamentos por meio da construção do TBC, as pressões dos agentes hegemônicos e a ausência dos governos em relação às demandas sociais locais permaneceram. Maldonado (2007) destacou que o grande desafio dessas organizações consiste em dotarem-se de condições materiais e de uma posição política mais expressiva para influenciar as ações empresariais e institucionais, decidindo sobre as condições de vida das populações interferidas. Para alcançar tal objetivo, o autor propõe o estímulo aos processos associativos.

Entre outras formas de articulação ou associação, como fóruns, federações e grupos de trabalho, existe a formação de redes. Ayres (2002) identificou princípios para essa articulação: “existência de um propósito unificador; participantes independentes; interligações voluntárias; multiplicidade de líderes; interligação e transposição de fronteiras”. O trabalho em parceria, articulado voluntariamente, sugere uma nova organização, maior e democrática.

Heckert (2008) destacou a transferência de conhecimento proporcionada pela formação de redes. A articulação pode servir de estratégia para melhorar as capacidades das organizações

envolvidas e fortalecer suas bandeiras, suas ideias, permitindo maiores horizontes com a realização de projetos e ações.

Quanto às experiências existentes, diversas redes do turismo comunitário têm funcionado nesta perspectiva de atuação. Na América Latina, existe a Rede de Turismo Solidário e Comunitário da América Latina (REDTURS), que tem como missão apoiar processos de formação de redes latino-americanas de turismo comunitário, diversificando fonte de emprego e renda, valorizando patrimônios, manifestações culturais e coesão social. A Rede acredita que sua atuação contribui para erradicar a pobreza, promover a igualdade de gênero e garantir a sustentabilidade do meio ambiente (MALDONADO, 2007).

Em nível nacional, existe a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol), criada, em 2003, para fortalecer o turismo comunitário no país, atuando na formação e na capacitação de agentes, na produção de conhecimento, observando impactos em políticas públicas, e na promoção e na comercialização de destinos que adotam o turismo comunitário.

Algumas associações cearenses de turismo comunitário não tardaram a descobrir umas às outras, percebendo que suas premissas e seus desafios eram semelhantes e que, juntas, poderiam alcançar resultados com maior expressão. Esse sentimento culminou na Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), em que treze³ comunidades compartilham experiências, lutam para conquistar melhorias para as localidades que representam e disseminam princípios coletivos na atividade produtiva.

As primeiras discussões para a criação da Rede aconteceram em 2006, durante uma oficina de trabalhos realizada em Fortaleza. A partir daí, as comunidades envolvidas realizaram e participaram de diversos cursos e atividades de formação e planejamento para o turismo. Lançada no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, em 2008, a Rede Tucum conta com o apoio institucional de três ONGs: o Instituto Terramar (Brasil), a Associação Tremembé (Itália) e a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde (Suíça).

Sua formação representa uma estratégia de ocupação, defesa e permanência nos territórios já ocupados e dinamizados pelas populações nativas e uma base para a organização comunitária. Essa organização é fundamental para fortalecer a resistência contra a especulação imobiliária, os latifúndios e os grileiros de terras, a carcinicultura, a pesca industrial e a degradação do meio ambiente, problemas comuns entre as comunidades da Rede.

A Rede Tucum tem um grande papel para a afirmação do TBC no Ceará. A divulgação desse turismo alternativo tem sido feita conjuntamente por meio da rede de comunidades, o que, aos olhos do turista, diversifica o destino e mostra de imediato o espaço conquistado pelo TBC no estado. Além disso, a formação em rede facilita a estruturação das comunidades. Estas apresentam níveis diferentes de discussões e estrutura para o turismo, e a Prainha do Canto Verde, por exemplo, comunidade mais antiga da Rede, tem contribuído bastante ao disseminar sua experiência, estimulando capacidades nos moradores envolvidos com o TBC (para organização, gestão, etc.) e aprofundando discussão sobre gestão de territórios.

Vanessa Lima, assessora da Rede Tucum, afirmou em entrevista concedida, em 2009, ao portal do Instituto Virtual de Turismo⁴, que as ações da Rede voltaram-se, em seu primeiro ano de existência, para capacitação de sujeitos das comunidades locais para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de produtos e serviços turísticos, estimulando a participação dos nativos na definição dos seus projetos. A respeito da infraestrutura local, a Rede ocupou-se também em reformar ou construir - onde ainda não existia - equipamentos de hospedagem. As ações aconteceram ao tempo em que se ampliaram os contatos no país e no exterior, que contribuem para a promoção e para a divulgação dos destinos da Rede Tucum.

A Rede Tucum contribuiu para a organização da própria prática turística nas comunidades envolvidas, orientando os visitantes a ocupar, de forma alternada, os equipamentos voltados para o turismo, como restaurantes, meios de hospedagem, etc., o que evita a concorrência e fomenta o cooperativismo. Como reflexo da solidariedade na produção, o acréscimo na renda local que o turismo proposto gera é conscientemente partilhado por todos os produtores envolvidos. Os agentes do turismo comunitário acordaram uma taxa sobre seus serviços e produtos turísticos destinada a um caixa comum, de uso coletivo. O dinheiro acumulado é revertido em melhorias de interesse da própria comunidade.

Quanto à relação com os governos, o TBC tem recebido sinais de reconhecimento por instâncias governamentais. Em 2008, o MTur lançou o Edital de Chamada Pública de Projetos de Turismo de Base Comunitária, primeiro edital com a finalidade de dar apoio às iniciativas desta natureza. Os projetos deveriam se adequar a qualquer uma das linhas de ação prevista no Edital: produção associada ao turismo; qualificação profissional; planejamento estratégico e organização comunitária; promoção e comercialização; e ações de fomento às práticas de economia solidária. Cada proposta poderia solicitar recursos financeiros entre R\$ 100.000,00 e R\$ 150.000,00. O projeto do Instituto Terramar, destinado à Rede Tucum, foi um dos 50 contemplados. Outro edital relacionado à temática foi o de Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo.

Além dos editais ora citados, os livros “Desafios do Turismo Sustentável” e “Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras”, lançados pelo MTur, também representam a percepção do poder público para o crescimento do TBC e o reconhecimento da importância deste outro “fazer turístico”. Por fim, no Documento Referencial “Turismo no Brasil 2011 – 2014”, é recomendado que o Turismo de Base Comunitária seja compreendido como uma alternativa de valorização e qualificação dos destinos, tendo em vista os impactos para o desenvolvimento local e potencial de servir como estratégia para diversificar a oferta turística.

Tais sinais de reconhecimento, no entanto, não materializam esforços mais substanciais ao fortalecimento do turismo comunitário. O governo federal elevou sua atenção ao turismo atrelado ao mercado global, prioridade na pauta governamental, haja vista os grandes eventos internacionais que o país irá sediar. Para a Copa do Mundo de Futebol, por exemplo, o governo federal tem investido e/ou financiado, entre outros setores e equipamentos, a construção e a reforma de estádios de futebol (R\$ 5,7 bilhões de natureza pública e via Parceria-Público-Privada); a melhoria da infraestrutura aeroportuária (R\$ 6,8 bilhões); a expansão da rede hoteleira com o ProCopa Turismo (R\$ 2 bilhões) e outros programas; e projetos de capacitação e qualificação profissional em convênio com o Sistema S nos estados e cidades-sede da Copa por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego especial para o evento, o Pronatec Copa (aproximadamente R\$ 400 milhões), e de outros esforços (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2012).

O turismo globalizado mostrou-se uma ameaça objetiva à sobrevivência de várias comunidades do litoral cearense, mas muitos obstáculos das iniciativas de TBC têm origem também na própria falta de infraestrutura básica e no desprovimento público de serviços sociais básicos. Dessa forma, as organizações de turismo comunitário tendem a permanecer críticas ao modelo de turismo convencional e ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista.

CONCLUSÕES

As regras técnicas uniformizadas e o lucro comandam o mundo contemporâneo. A economia de mercado, fundamentada na ideologia neoliberal, transforma em mercadoria tudo o que for potencialmente lucrativo, a fim renovar os meios de acumular e expandir capital. Nessa busca, o capital migra entre territórios e atividades econômicas, o que o torna global e passível de instalar-se em qualquer atividade econômica e em qualquer lugar do mundo.

Sob essa lógica, a expansão do turismo na contemporaneidade desenvolveu e dinamizou mercados no mundo inteiro. No entanto, as ações desenvolvidas por governos e pela iniciativa privada, para estruturação e ampliação da atividade turística, desencadearam transformações espaciais e econômicas danosas a outras atividades produtivas, desenvolvidas em pequena escala, ao meio ambiente e aos grupos socialmente excluídos, subutilizando o trabalho, concentrando renda e aprofundando desigualdades sociais.

O presente trabalho mostrou que as políticas governamentais de fomento ao turismo no litoral do Ceará refletiram a lógica global e desenvolveram a atividade turística homogeneizando espaços por meio das grandes cadeias de hotéis e demais empreendimentos e produtos padronizados, descaracterizando costumes, paisagens e culturas a fim de adequá-los aos gostos e às preferências da demanda global. Além disso, a presença do turismo globalizado gerou disputas desiguais de posse de territórios e desarticulou as atividades econômicas tradicionais das populações locais, seu meio de vida.

A concentração de benefícios do turismo por parte de capitalistas, os danos sociais do modelo de turismo desenvolvido por estes e a ausência do Estado na providência de políticas que, de fato, protegessem os segmentos sociais mais frágeis, culminaram na organização das populações locais em diversas comunidades cearenses. Viu-se que essa organização foi uma reação às ameaças à própria sobrevivência dos moradores e das suas atividades tradicionais.

A partir da reação organizada, as populações locais canalizaram sua preocupação com o avanço do processo de "turistificação" dos espaços por especuladores e construíram um turismo alternativo, que, ao contrário do regido por grandes empresários e pelo poder público, estimulasse a inclusão social e as atividades produtivas tradicionais, ao tempo em que pudesse proporcionar melhorias sociais. O Turismo de Base Comunitária contemplou necessidades desses moradores.

O surgimento desse "outro turismo" mostrou-se importante para o desenvolvimento local, o que chama atenção, tendo em vista que os governos comumente discursam que o turismo baseado atrelado ao mercado global é um setor estratégico para o desenvolvimento e para amenizar as desigualdades. Mesmo sem o capital (e o acesso ao capital) que os agentes empresariais do turismo possuem, os agentes do turismo comunitário vêm conquistando os benefícios sociais expressivos.

Percebendo que os governos elegem o turismo globalizado como premissa para desenvolver a atividade turística, constata-se que as organizações cearenses que promovem o TBC devem persistir na busca por espaços no poder público, a fim de torná-los mais democráticos para discussão de ações para o turismo, além de dotar tecnicamente os agentes locais de capacidades para se inserirem e discutirem ações para o turismo junto ao setor público, ao tempo em que buscam aumentar seu poder de negociação. Para assumir essa tarefa, foi identificado o potencial da articulação em rede, observando que a formação da Rede Tucum permitiu a fluidez dos conhecimentos acumulados, difundiu experiências e contribuiu para divulgar a proposta do TBC.

REFERÊNCIAS

AYRES, B. R. C. **Redes Organizacionais no terceiro setor:** um olhar sobre suas articulações. Disponível em: <http://www.repea.org/index.php/conceitual/redes/98-redes-organizacionais-no-3o-setor>. Acesso em 13 de janeiro de 2013.

BARBOSA, Luciana Maciel; SOUZA NETO; Gerardo Facundo de; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Turismo comunitário versus turismo globalizado: o caso da praia do Batoque, Aquiraz, Ceará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2, 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2008.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Organizadores). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. P. 76-91.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Planejamento governamental do turismo, "meio ambiente construído" e desenvolvimento no Nordeste. In: LIMA, Luiz Cruz. **Da cidade ao campo:** a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998. P. 322-339.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

BURSZTYN, Ivan. **Políticas públicas de turismo visando à inclusão social.** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005, 110 p. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção).

CORIOLANO, Luzia Neide M. Teixeira. A intervenção do estado do Ceará na atividade turística. In: LIMA, Luiz Cruz. **Da cidade ao campo:** a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998. P. 356-381.

_____. A Exclusão e a Inclusão Social e o Turismo. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v. 3, n. 2, p. 295-304, 2005. Disponível em: <www.pasosonline.org/Publicados/3205/PS080205.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

COROLIANO, Luzia Neide M. Teixeira et al. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário:** Atores e Cenários em Mudança. Fortaleza, EdUECE, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo**

de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. P. 92-107.

DANTAS, Shirley Carvalho. **Turismo, produção e apropriação do espaço e percepção ambiental:** o caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará. Fortaleza: UFC, 2003. 191 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana.** Buenos Aires: Lautaro, 1975.

HECKERT, Cristiano Rocha. **Redes no terceiro setor:** condições favoráveis à transferência de conhecimento. São Paulo: USP, 2008. 252 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção).

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (organizadores). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. P. 108-121.

KANITZ, Heidi Gracielle et al. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010:** da Análise do Conteúdo aos Desafios da Prática. São Paulo: VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2009.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e Geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1999.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (organizadores). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. P. 25-44.

_____. Fortalecendo as redes de turismo comunitário. **@local.glob:** pensamento global para o desenvolvimento local, Turim, n. 4, p. 8-14, set. 2007. Disponível em: <<http://campus.delnetitcilo.net/public/publicacoes/revista-do-delnet>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

MENDES, Eluziane Gonzaga. **De Espaço Comunitário a Espaço do Turismo:** Conflitos e Resistências em Tatajuba, Camocim – Ceará. Fortaleza: Centro de Ciências e Tecnologia/Uece, 2006, 192 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo e participação comunitária:** 'Prainha do Canto Verde, a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não secou?' Rio de Janeiro: UFFRJ, 2004. 191p. Tese (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social).

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **4º Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014. Ministério do Esporte:** Brasília, 2012. Disponível em <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/12272012_balanco_copa_geral.pdf> Acesso em: 25 de janeiro de 2013.

MOLINA, Fábio Silveira. **Turismo e produção do espaço:** o caso de Jericoacoara, CE. São Paulo: USP, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana).

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010:** uma viagem de inclusão. Brasília: Mtur, 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/02planos_nacionais.html>. Acesso em: 28 de dezembro de 2012.

_____. **Editais de Chamada Pública de Projetos MTur/Nº 001/2008.** Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/> Acesso em: 16 de janeiro de 2013.

_____. **Turismo no Brasil 2011 – 2014.** Brasília: Mtur, 2010. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/21Documento_Referencial.html>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

SANTOS, Milton. **Por outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SARAIVA, Maria Lianeide Souto Araújo. **Facês dos novos usos do território litorâneo: lazer e turismo em Praia das Fontes e Prainha do Canto Verde – Beberibe-CE.** Fortaleza, UECE: 2002. 151 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia).

SOUZA, Michele de. **Análise do turismo em Aquiraz** - Ceará: política, desenvolvimento e sustentabilidade. Fortaleza: UFC, 2005. 158 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

TEIXEIRA, Maria do Socorro Gondim. **Investimentos no turismo do Ceará:** Uma análise dos impactos sobre produto, renda e emprego. São Paulo: USP, 1996. 186 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação).

TEIXEIRA, Maria do Socorro Gondim; CASTELAR, Ivan; SOARES, Francisco de Assis. Análise dos impactos de projetos selecionados e de gasto turístico sobre produto, renda e emprego no estado do ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, n. especial, p. 681-693, jul. 1998.

TUCUM - REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO. Disponível em: <<http://www.tucum.org/>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2013.

VERA, J. Fernando (coord.). **Análisis territorial del turismo:** una nueva geografía del turismo. Barcelona: Ariel S.A., 1997.

NOTAS

1 Uma versão deste artigo foi apresentada no **Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes**, realizado entre os dias 23 a 25 de abril de 2013, em Araraquara, São Paulo.

2 Tradicionalmente envolvida com a pesca, a Prainha do Canto Verde também se mobilizou quanto às questões ambientais. Quatro jangadeiros e duas mulheres da localidade viajaram, em protesto, para o Rio de Janeiro, denunciando a falta de valorização à pesca artesanal, o turismo predatório e os seus danos. A jornada, que ganhou o nome de S.O.S. Sobrevivência, durou 74 dias.

3 Compõem a Rede Tucum: Jenipapo-Kanindé (Aquiraz); Batoque (Aquiraz); Ponta Grossa (Icapuí); Tremembé (Icapuí); Curral Velho (Acará); Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto (Fortaleza); Associação Mulheres em Movimento (Fortaleza); Tapeba (Caucaia); Prainha do Canto Verde (Beberibe); Flecheiras (Trairi); Assentamento Coqueirinho (Fortim); Caetanós de Clima (Amontada); e Tatajuba (Camocim).

4 Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=10251&cat=%C2%A0&ws=0>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.